



1.8 • Conjuntura internacional

O Brasil de FHC a Dilma: porque mudou o que mudou

Raquel Patrício

EM 2008, O PRESTIGIADO JORNAL BRITÂNICO *The Guardian* afirmava, relativamente ao Brasil, que “*South America`s sleeping giant is finally waking up*”. Quinta maior extensão territorial do mundo, com 7.491 Km de costa e fronteiras com dez vizinhos com os quais não entra em guerra há mais de 140 anos, o maior detentor de riquezas biológicas do mundo e de 60% da Amazônia e uma das mais promissoras potências agrícolas, o Brasil é também a quinta maior massa humana do planeta, com uma população de mais de 190 milhões de habitantes, que, segundo o Censo de 2010, entre 2000 e 2010 cresceu 12,33% a um ritmo anual de 1,17%. Largamente conhecido como o *país do futuro*, o Brasil tardava em alcançar esse *futuro* em função das crises económicas e políticas que se sucediam.

“
[...] o Brasil vem sustentando boas perspetivas para o crescimento de longo prazo, ao mesmo tempo que a política social continua a ocupar lugar de destaque nas prioridades do governo [...]

”

A ascensão ao poder de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) traria ao Brasil o início da estabilização que Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-...) robusteceriam, alterando radicalmente a face do *país do futuro*. Concluída a transição do regime militar para a democracia, os mandatos presidenciais passam a ser completados, enquanto o aparecimento de novos partidos e a rotatividade política decrescem significativamente, alcançando-se a estabilidade política e partidária. Com o controlo da inflação e da dívida externa, também a economia é estabilizada, a par da evolução das relações externas do país da autonomia pela distância à autonomia pela diversificação. A ação de FHC, Lula e Dilma transformou o Brasil, que é hoje muito diferente do que era há vinte anos. No quadro dessa transformação de longo prazo, é possível identificar-se a mudança do país de FHC a Dilma. Uma mudança lenta, porém continuada, que tem alterado, sobretudo, a economia e as relações externas do país.

Do tripé económico de FHC e Lula ao estímulo ao consumo de Dilma

A economia brasileira, na base do Plano Real de FHC, vem-se consolidando particularmente desde 2003. Em 2007 o país tornou-se credor

internacional e, a partir de 2008, passou a receber avaliações positivas das agências de classificação de risco, sendo galardoado com o *investment grade status* pela Standard & Poor e pela Moody`s. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2001 e 2010 o crescimento anual médio do PIB brasileiro foi de 3,6%, acima dos 2,6% registados na década anterior (1991-2000). O dinamismo económico do Brasil não tornou a economia brasileira imune à crise financeira internacional e, em 2008, o PIB brasileiro sofreu forte retração resultado do recuo na procura internacional de *commodities*, que preenchem o essencial da pauta exportadora do Brasil. Mas o país foi dos primeiros emergentes a recuperar e, em 2010, registou um crescimento no PIB de 7,5%, um valor histórico no panorama brasileiro desde 1986. Em 2011 houve nova redução do PIB, que cresceu apenas 2,7%, sendo de se esperar um crescimento de apenas 2% para 2012, o que não impede que o Brasil suplante a Grã-Bretanha no *ranking* das maiores economias do mundo. Se a expectativa do governo é que para 2013 o PIB cresça 4%, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) vem, desde Agosto de 2012, divulgando dados que evidenciam a retoma da atividade industrial no Brasil e o aumento do índice de confiança dos empresários como já não ocorria desde Outubro de 2009.

Este êxito tem sido atribuído ao modelo económico brasileiro. A partir de 1999 esse modelo assentou no tripé económico do controlo da inflação, câmbio flutuante e superávit fiscal, vindo Lula reforçar a preocupação social no quadro dessa estratégia, mantida por Dilma no primeiro semestre de governação. A partir do segundo semestre de 2011, o modelo económico brasileiro passou a assentar no crescimento do emprego e no aumento do rendimento médio dos Brasileiros como motor para estimular o consumo,

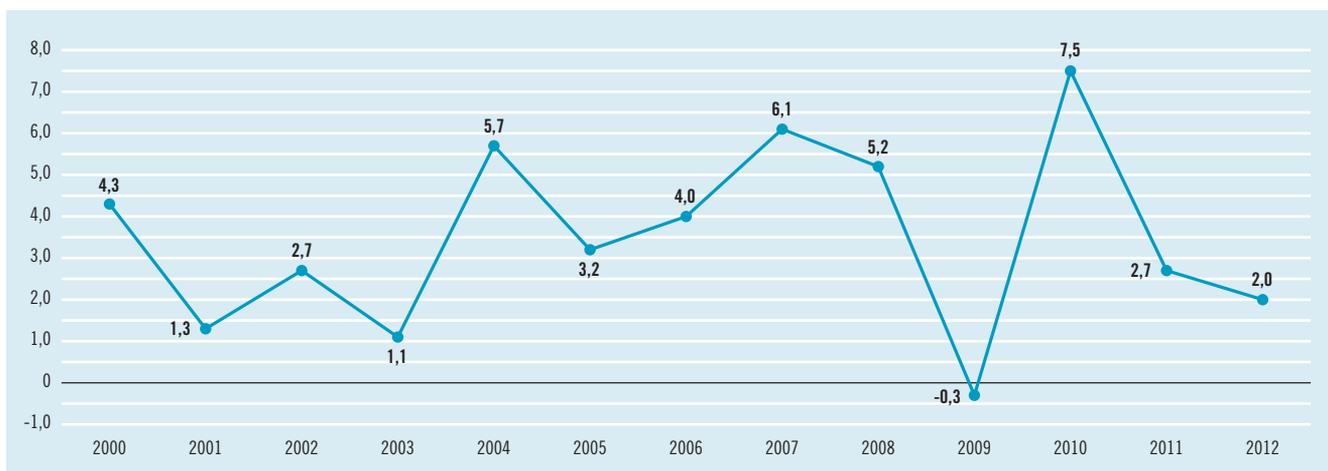
base da dinâmica económica segundo a filosofia da equipa de Dilma Rousseff.

Este panorama faz do Brasil um país atractivo para os investidores estrangeiros. O grande receio é que este novo modelo económico faça disparar a inflação – o grande fantasma da economia brasileira. Por isso, o governo Dilma tem procurado conter os preços e a queda do Dólar, moeda na qual o Brasil tem muitas reservas. Para evitar o efeito colateral da perda de competitividade externa do Brasil, o governo vem simultaneamente aplicando medidas para manter o Real desvalorizado. Por isso, desde o final de 2011, e com mais intensidade desde Agosto de 2012, o Brasil vem tentando manter o valor do Dólar acima dos R\$ 2,00 e abaixo dos R\$ 2,10, a fórmula encontrada para não prejudicar a indústria nacional e, ao mesmo tempo, não provocar o aumento da inflação.

A gestão económica de Dilma vem reforçando a orientação desenvolvimentista de Lula, como era espectável, porém assumindo um carácter mais pragmático, valorizando o crescimento interno em detrimento das políticas monetaristas. Aos poucos, a presidente afastou-se da política que vinha sendo aplicada desde 1999 e sobre a qual se fizera eleger. Modelo que foi substituído por uma política monetária *frouxa*, que implica a diminuição das taxas de juro para fazer frente às tendências de desaceleração interna; a utilização do câmbio, depreciando o Real para ajustar os preços externos à inflação doméstica; o controlo dos capitais e uma política fiscal apertada, destinada a gerar poupança. O grande objectivo é promover o crescimento do produto, mesmo que os seus efeitos colaterais redundem no aumento da inflação. Uma estratégia de suporte da inflação em troca de crescimento, que tem sido bem acolhida pelas agências de *rating*, para as quais o Brasil vem sustentando boas pers-

O EFEITO CHINA NA ECONOMIA BRASIL

A nova cooperação Sul-Sul, especialmente a *relação* do Brasil com a China, tem sido pautada por contornos ambíguos. Se, por um lado, o gigante asiático é visto como uma grande oportunidade para o Brasil, por outro generaliza-se a percepção da China como uma forte ameaça. Com efeito, se a China vem contribuindo para o aumento das exportações brasileiras, ao mesmo tempo as relações bilaterais têm-se mostrado crescentemente assimétricas. Primeiro, em função da *reprimarização* da economia brasileira, já que o Brasil exporta, para a China, matérias-primas e energia. Em 2010, o Brasil atingiu um nível de exportação de *commodities* como já não apresentava desde 1978, com a consequente diminuição do peso dos produtos manufacturados na pauta exportadora. Esta orientação primária das exportações reverte a tendência brasileira do último quartel do Século XX, que apontou para a diminuição do peso das *commodities* na sua pauta exportadora. Segundo, porque a China exporta mais do que importa, enquanto as exportações brasileiras vêm diminuindo em volume – situação que apenas não origina défices sucessivos na Balança Comercial do Brasil graças ao elevado preço das *commodities* no mercado internacional. Razão pela qual o Brasil vem mesmo acumulando superávites na Balança Comercial com a China. Em todo o caso, têm sofrido acréscimos constantes as importações brasileiras de produtos chineses, cujo baixo preço afecta a indústria local.



Taxa (%) de crescimento anual do PIB Brasileiro, 2000 a 2012. (em % do PIB)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, in http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2093

pectivas para o crescimento de longo prazo, ao mesmo tempo que a política social continua a ocupar lugar de destaque nas prioridades do governo, tendo os gastos federais neste âmbito aumentado, nos últimos dezasseis anos, 172%, segundo o Instituto de Política Económica Aplicada (IPEA).

O Brasil e a vizinhança, os países emergentes e os países desenvolvidos

Paralelamente à guinada na gestão económica, a Administração Dilma também alterou o rumo do Brasil em matéria de política externa. É verdade que a presidente tem mantido o Brasil na rota da *esquerda responsável* que FHC vinha ensaiando desde o final do seu segundo mandato, quando se tornara crítico da globalização, e a que Lula deu forma. Porém, Dilma, com uma diplomacia de perfil menos elevado que a dos seus dois antecessores, tem conferido um estilo novo ao comportamento internacional do Brasil e traçado estratégias diferentes para alcançar objectivos semelhantes. O Brasil, tal como na era Lula e, em certos casos, como na era FHC, segue defendendo a necessidade de se proceder a um novo arranjo internacional de poderes que venha substituir a obsoleta hierarquização que persiste como espelho da ordem pós-Segunda Guerra Mundial. Mantém-se as reivindicações por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e pela revisão das regras relativas ao comércio e ao sistema financeiro internacionais vigentes na Organização Mundial do Comércio (OMC), no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial.

A estratégia para se alcançar estes fins tem, todavia, sofrido alterações. No início da gestão Lula a América do Sul era a prioridade da política externa brasileira, que visava transformar a proeminência regional do Brasil na liderança regional que funcionaria como a rampa de lançamento para o reconhecimento e a influência globais do país. O Brasil, contudo, não teve necessidade de uma plataforma regional para alcançar a arena global, resultado da alteração ocorrida nas percepções dos decisores da política externa, cujos interesses diminuíram na América do Sul, à medida que as oportunidades globais surgiram. O Brasil

passou, então, a fomentar o diálogo com os restantes emergentes como forma de reconfigurar a ordem internacional. Liderar a região passou a significar manter o equilíbrio e o entorno regional assumiu uma função crescentemente instrumental, enquanto o diálogo Sul-Sul se transformou na prioridade da política externa brasileira.

Uma postura que Dilma veio alterar, reposicionando os países desenvolvidos na política externa brasileira. Afinal, com o diálogo Sul-Sul, o Brasil não tem conseguido a tecnologia de que carece e, embora tenha alcançado o protagonismo internacional, também ainda não logrou obter resultados concretos quanto à reivindicação por um assento permanente no órgão máximo da governança mundial. Para já não falar dos efeitos que a articulação do país com a China, no âmbito desse diálogo Sul-Sul, tem tido, especialmente sobre a *reprimarização* da economia brasileira.

Assim, Dilma tem erguido as relações do Brasil com os EUA e a UE, secundarizadas por Lula, a um novo patamar de importância, posicionando-as, ao lado do diálogo com os países do Sul, como prioridade da política externa. Retomando uma plataforma característica do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de FHC, Dilma deixa clara a transformação, lenta mas evidente, da posição do Brasil nas relações internacionais.

Oposição política interna baralhada e futuro sorridente a Dilma

Também internamente a transformação do Brasil é clara. Trocar inflação por crescimento pode ser aparentemente uma política errada, mas tem dado frutos. Não apenas económicos, tão pouco em termos de projecção internacional. Tem baralhado a oposição política interna que, em lugar de apresentar propostas alternativas ao eleitorado, tem-se limitado a denunciar escândalos ligados à corrupção.

A forma como a presidente Dilma tem lidado com essas denúncias, demitindo os ministros envolvidos, a par da letargia que enfraquece os setores oposicionistas, tem-lhe conferido elevada popularidade. O índice de aprovação popular ao governo subiu de 65% em Agosto de 2011 para 72% em Junho de 2012, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE).

A limpeza na Esplanada dos Ministérios vem ainda reduzindo a influência de Lula na sua Administração, à medida que os ministros que haviam sido indicados pelo ex-presidente são exonerados após comprovadas as denúncias. Dilma vem, também, desenvolvendo uma estratégia de cordialidade generalizada frente aos adversários, que tem transformado o *anti-lulismo* da comunicação social mais conservadora em algo semelhante a um *pró-dilmismo*, reduzindo o espaço da oposição e afastando eventuais guerras entre as bases de apoio da coligação pela liderança do Governo.

A primeira mulher na Presidência do Brasil, ex-chefe da Casa Civil do anterior presidente, Dilma tem mostrado que tem personalidade própria e imposto um estilo de governação que a deixa longe de ser a extensão de um terceiro mandato de Lula. Tendo chegado ao Palácio do Planalto suportada na popularidade do seu antecessor e fazendo da continuidade das políticas deste a principal bandeira de campanha, desde cedo demonstrou um acentuado ímpeto de gestão que lhe tem permitido continuar a transformação da face do *país do futuro* iniciada por Fernando Henrique Cardoso. Cada um à sua maneira, com políticas próprias e distintas, FHC, Lula e Dilma, numa rota evolutiva lenta mas evidente, transformaram o país. O Brasil de hoje é substancialmente diferente daquele que FHC encontrou em 1995, quando assumiu a Presidência da República. ■

Referências

CIA, 2012, *World Factbook*, in <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>
 CNI, Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), ano 14, n.º 8, Agosto de 2012, in <http://www.cni.org.br/portal/data/files/FF80808138F9253701392FBC1B042C6F/ICEI%20Agosto%202012.pdf>
 CNI, Pesquisa CNI/IBOPE – Avaliação do Governo, in <http://www.cni.org.br/portal/data/pages/FF808081314EB3620131512BC7893E63.htm>
 IBGE, Censo 2010, in <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>
 IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, in http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2093